



**2º SIMULADO ESPECIAL**

# **ISS RJ**

**Fiscal de Rendas  
Pós-Edital**

# Simulado

## Simulado ISS RJ - Fiscal de Rendas

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS RJ (Fiscal de Rendas);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

### PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-RJ-Fiscal-30-07>

01 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE	131 - ABCDE
02 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE	132 - ABCDE
03 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE	133 - ABCDE
04 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE	134 - ABCDE
05 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE	135 - ABCDE
06 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE	136 - ABCDE
07 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE	137 - ABCDE
08 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE	138 - ABCDE
09 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE	139 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE	140 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE	141 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE	142 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE	143 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE	144 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE	145 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE	146 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE	147 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE	148 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE	149 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE	150 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE	151 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE	152 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE	153 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE	154 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE	155 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE	156 - ABCDE
					157 - ABCDE
					158 - ABCDE
					159 - ABCDE
					160 - ABCDE

**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Para responder às questões seguintes, analise o texto abaixo, de Jack Wilson, citado no livro "Lógica Informal", de Douglas N. Walton.

**TEXTO I**

Um marinheiro, destacado para o nosso navio pouco antes de deixarmos Halifax, nunca tinha visto o capitão, que no mar costumava andar sem quepe e com uma jaqueta surrada.

O novato tinha acabado de assumir o posto de guarda junto aos canhões quando o capitão apareceu e se pôs a andar pelo convés. De repente, ele se abaixou e pegou uma ponta de cigarro. Atirando-a na direção do marinheiro, perguntou: "Quero saber quem é o desgraçado que é dono desta porcaria."

O novo marinheiro pensou um pouco e depois disse ao oficial sem quepe e sem insígnias: "Acho que é você, colega. Foi você quem achou."

**01.** Sobre a situação comunicativa acima, é incorreto afirmar que:

- a) a resposta do marinheiro à pergunta do outro homem foi razoável e apropriada, só que não naquele contexto de diálogo, já que o autor da pergunta era o capitão.
- b) do ponto de vista prático, a resposta do marinheiro foi inadequada, já que ele se equivocou quanto ao propósito real da pergunta.
- c) o contexto da interação não era a questão do direito de propriedade sobre a ponta de cigarro encontrada no chão.
- d) o novo marinheiro compreendeu a insinuação contida na pergunta e desafiou ironicamente a autoridade do capitão.
- e) para o capitão, a questão era sobre a limpeza do navio. Para o marinheiro, era sobre a posse de um objeto encontrado no chão.

**02.** Inferir é um raciocínio por meio do qual se conclui a partir de indícios. Uma inferência adequada sobre o texto é:

- a) os participantes do diálogo são militares;
- b) o capitão jamais andava com quepe;
- c) o marinheiro novato era um bom atirador;
- d) a hierarquia determinou a resposta do novato;
- e) o capitão do navio não era fumante.

**03.** A pontuação adequada serve o propósito de dar sentido aos textos, organizando e enfatizando a divisão sintática dos enunciados.

Sobre o uso da vírgula no texto em análise, a norma culta considera facultativa a vírgula que foi empregada imediatamente após o segmento

- a) Um marinheiro;
- b) deixarmos Halifax;
- c) De repente;
- d) do Marinheiro;
- e) é você.

**04.** Analise os sintagmas abaixo e assinale a alternativa em que a inversão na ordem dos vocábulos altera seu sentido e sua classe.

- a) jaqueta surrada;
- b) novo marinheiro;
- c) grande capitão;
- d) novato marinheiro;
- e) marinheiro militar;

**05.** O vocábulo destacado que pertence a classe diferente dos demais é:

- a) pouco antes
- b) pouco antes
- c) nunca tinha
- d) De repente
- e) junto aos canhões

**06.** Observe o fragmento do texto:

*...perguntou: "Quero saber quem é o desgraçado que é dono desta porcaria."*

Fazendo-se a transposição para o discurso indireto, a forma adequada seria:

- a) *...perguntou quem era o desgraçado que era dono daquela porcaria.*
- b) *...indagou quem é o desgraçado que é dono desta porcaria.*
- c) *...indagou: "quem era o desgraçado que era dono daquela porcaria"*
- d) *...perguntou quem era o desgraçado que era dono desta porcaria.*
- e) *...perguntou quem era o desgraçado que é dono desta porcaria.*

**07.** Sobre a tipologia textual, o texto em análise deve ser classificado como

- a) descritivo, pois descreve uma interação social;
- b) narrativo, pois relata fatos em sequência cronológica;
- c) expositivo, pois expõe um exemplo de ruído na comunicação;
- d) dialogal, pois traz um diálogo com finalidade humorística;
- e) argumentativo, pois defende uma tese sobre hierarquia.

**08.** Sobre o foco narrativo do texto em tela, é correto afirmar que:

- a) o narrador é onisciente, pois conhece a verdade íntima dos personagens.
- b) a narração é feita em primeira pessoa, numa perspectiva mais próxima.
- c) o narrador é testemunha dos eventos e os relata em terceira pessoa.
- d) a narração é contaminada pela perspectiva individual do marinheiro.
- e) o narrador é protagonista e atua ativamente na sequência relatada.

**09.** Sobre o uso dos artigos no texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) No primeiro período, é utilizado o artigo indefinido: "Um marinheiro"; esse uso se justifica por ser a primeira menção ao personagem, até então desconhecido.
- b) na oração "Atirando-a na direção do marinheiro", o artigo definido foi utilizado porque o seu referente já é conhecido no contexto.
- c) na expressão "O novato", o artigo definido é coerente com a informação de que o marinheiro estava há pouco tempo na tripulação daquele navio.
- d) o artigo definido usado em "o capitão" indica que este tinha sua existência presumida pela informação inicial de que a cena se passa num navio.
- e) o artigo em "uma ponta" se explica pelo caráter específico do substantivo e por não ter havido menção prévia a esse substantivo.

**10.** Sobre as estruturas e o sentido do texto, é correto afirmar que:

- a) "tinha visto" equivale a "vira", indicando ação passada anterior a outra.
- b) "costumava" indica ação totalmente concluída no passado;
- c) "se pôs a andar" é forma equivalente a "chegou andando";
- d) "atirando-o" expressa ideia de simultaneidade;
- e) "abaixou" e "pegou" poderiam ser adequadamente invertidos.

**Texto II****O desemprego tecnológico**

Os meios de produção foram se modernizando ao longo do tempo, e o direito do trabalho acompanha seus avanços tecnológicos, que teve início com a Revolução Industrial. Outrossim, se num primeiro momento os direitos dos trabalhadores foram sendo regulamentados com a tecnologia, agora nota-se que esta mesma tecnologia vem criando o chamado “desemprego tecnológico”.

Atualmente nos deparamos ao mesmo tempo com a melhora da saúde e segurança do empregado, menos duração do trabalho e otimização do tempo, mas, também, com a extinção de empregos em alguns setores da economia, em especial, entre os menos qualificados, substituídos pela robotização e informática.

As relações individuais de trabalho ainda sofrerão sérias modificações, em alguns casos trazendo benefícios e, em outros, malefícios. Os estudiosos indicam algumas modificações significativas: (a) no campo das efemeridades profissionais, com diminuição notável de alguns setores e aumento em outros, pela centralização de tarefas em computadores; (b) mudanças nos métodos de trabalho, com o trabalho a distância e informatização dos sistemas de controle.

A tecnologia é benéfica quando utilizada para proteger o trabalhador (doenças e acidentes, substituir o homem em trabalhos extenuantes), além de permitir a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Os jovens, os trabalhadores pouco qualificados e certas profissões (sobretudo administrativas e burocráticas) são os trabalhadores que mais serão afetados pela tecnologia, que substituirá a mão de obra pela máquina.

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/399/edicao-1/o-desemprego-tecnologico>

**11.** De acordo com o texto, assinale a afirmativa correta.

- a) Desemprego tecnológico é aquele causado pela baixa qualificação do trabalhador dispensado.
- b) O texto argumenta contra a substituição dos empregos humanos por máquinas e informatização de sistemas de controle.
- c) A estruturação básica do texto configura uma dissertação argumentativa polêmica, uma vez que coteja perspectivas opostas.
- d) A tese do texto defende a ideia de que a tecnologia é benéfica para proteger e permitir a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- e) Os avanços tecnológicos na produtividade do trabalho tiveram início na revolução industrial e seus efeitos perduram até o cenário atual.

**12.** Depreende-se corretamente do texto que:

- a) os serviços mecânicos serão particularmente afetados, uma vez que as máquinas ainda não conseguem performar atividades criativas complexas.
- b) direitos trabalhistas impedirão que os empregos sejam perdidos em processos de automação e robotização.
- c) robotização e informatização foram empregados como conceitos sinônimos no texto, uma vez que este depende daquele.
- d) há atividades econômicas mais propícias e outras mais vulneráveis à evolução tecnológica no mundo do trabalho, ponderando-se o nível de expertise nelas envolvido.
- e) os jovens, na medida em que pertencem a gerações imersas em tecnologia, sofrerão menos com o desemprego tecnológico.

13. Outrossim, se num primeiro momento os direitos dos trabalhadores foram sendo regulamentados com a tecnologia, agora nota-se que esta mesma tecnologia vem criando o chamado “desemprego tecnológico”.

O vocábulo destacado funciona como um operador argumentativo de

- a) adição;
- b) afirmação;
- c) oposição;
- d) concessão;
- e) contradição;

14. Observe o fragmento:

"... são os trabalhadores que mais serão afetados pela tecnologia, que substituirá a mão de obra pela máquina".

O vocábulo destacado apresenta o mesmo sentido e classificação que o indicado em:

- a) Ninguém tem mais tempo para ler um texto inteiro.
- b) Pressa mais ignorância é a receita para o autoritarismo.
- c) Todos precisamos de mais informação não tendenciosa.
- d) A sociedade não mais deseja refletir antes de julgar.
- e) Vale mais uma opinião errada agora que uma certa depois.

15. O vocábulo "sérias" foi acentuado no texto. Esse acento, segundo a norma culta, poderia ser justificado por duas regras gramaticais.

O mesmo ocorre com:

- a) tecnológicos
- b) saúde
- c) também
- d) malefícios
- e) substituídos

16. *"Escolhe um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."*

*Confúcio*

Nota: O pensamento é atribuído a Confúcio, porém, não há evidências que comprovem essa autoria.

Sobre o pensamento acima, assinale a alternativa que indica sua reescritura, caso o pronome de tratamento usado fosse "você".

- a) "Escolhe um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na sua vida."
- b) "Escolha um trabalho de que goste e não terá que trabalhar nem um dia na sua vida."
- c) "Escolhas um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."
- d) "Escolhe um trabalho de que goste e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."
- e) "Escolhes um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."

17. *"Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha."*

*Confúcio*

O valor social subjacente a esse pensamento pode ser sintetizado no vocábulo:

- a) resiliência;
- b) consistência;
- c) inocência;
- d) permanência;
- e) saliência.

18. "Ama-se mais o que com mais trabalho se conquistou."

Aristóteles

Sobre o pensamento acima, sua estruturação e elementos linguísticos, é correto afirmar que:

- a) não se ama o que se conquista com menos trabalho;
- b) aquilo que vem mais fácil vai mais fácil;
- c) muitas conquistas fáceis são desprezíveis;
- d) realizações onerosas se valorizam;
- e) emprego ruim eleva o valor da conquista;

19. Na sentença: "Ama-se mais o que com mais trabalho se conquistou", o termo destacado se classifica como

- a) índice de indeterminação do sujeito
- b) pronome apassivador
- c) pronome reflexivo
- d) conjunção integrante
- e) partícula expletiva

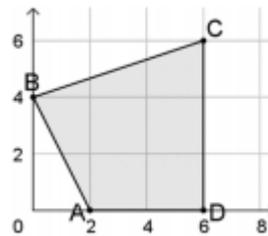
20. Em todas as frases abaixo há o emprego de termos vagos, pouco precisos, desaconselháveis em textos jornalísticos. O verbo "fazer" é empregado em lugar de muitos outros verbos de significado mais preciso, tornando a expressão menos clara; a frase em que esse verbo é empregado em seu sentido próprio, é:

- a) Os policiais fizeram o seu dever;
- b) As atrizes fizeram papel de vilãs;
- c) Os juízes fizeram uma complexa sentença;
- d) As manifestações fizeram congestionamento;
- e) Os artesãos locais fizeram um boneco de palha.

**MATEMÁTICA, RACIOCÍNIO LÓGICO-  
MATEMÁTICO, ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA  
FINANCEIRA**

Carlos Henrique

Um estande de tiro tem a forma de um quadrilátero ABCD. A figura a seguir mostra sua representação no plano cartesiano, onde cada unidade representa 20 metros.



Baseado no texto acima, responda às questões 21 e 22.

21. Em dado momento, a atiradora Penélope corre do ponto A ao ponto C em linha reta, e o atirador Diego corre do ponto B ao ponto D também em linha reta. Quantos metros Penélope percorreu a mais que Diego?

- a) zero
- b) 25
- c)  $20\sqrt{13}$
- d)  $25\sqrt{13}$
- e) 50

22. A área do estande de tiro é igual a:

- a)  $10.000 \text{ m}^2$
- b)  $10.200 \text{ m}^2$
- c)  $10.400 \text{ m}^2$
- d)  $10.600 \text{ m}^2$
- e)  $10.800 \text{ m}^2$

**23.** A sequência 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, ... mantém o padrão apresentado indefinidamente. A soma dos 1954 primeiros termos dessa sequência é:

- a) 7324
- b) 7328
- c) 7330
- d) 7332
- e) 7344

**24.** Em um saco há 180 bolinhas, umas brancas, outras pretas e não há bolinhas de outra cor. Das bolinhas do saco, 60% são pretas. São retiradas  $N$  bolinhas brancas do saco e, então a porcentagem de bolinhas pretas do saco passou a ser de 80%.

O valor de  $N$  é

- a) 20.
- b) 25.
- c) 30.
- d) 40.
- e) 45.

**25.** No dia 25 de janeiro, uma 3a feira, Carlos revelou a seus colegas de trabalho que faria aniversário ainda naquele mês. Querendo fazer uma brincadeira, ele deu duas pistas para que eles tentassem deduzir qual seria o dia exato.

I. A data do meu aniversário é mais próxima do primeiro dia de fevereiro do que de hoje.

II. Neste ano, meu aniversário não cairá em um final de semana.

Para deduzir a data exata do aniversário de Carlos,

- a) a pista I sozinha é suficiente, mas a pista II sozinha não é.
- b) a pista II sozinha é suficiente, mas a pista I sozinha não é.
- c) qualquer uma das pistas é suficiente, mesmo sem considerar a outra.
- d) as pistas I e II, em conjunto, são suficientes, mas nenhuma delas é suficiente sem a outra.
- e) as pistas I e II, em conjunto, não são suficientes.

**26.** Em uma espaço amostral  $S$ ,  $A$  e  $B$  são eventos aleatórios tais que  $A \subseteq S$ ,  $B \subseteq S$ ,  $P(B|A) = 2 P(A|B)$  e  $2 P(A \cup B) = 5 P(A)$ . Pode-se afirmar que  $P(B|A)$  é igual a:

- a) 0,3
- b) 0,4
- c) 0,5
- d) 0,6
- e) 0,7

**27.** Em um hospital, 20% dos enfermos estão com COVID. Para dar continuidade às pesquisas que estão sendo realizadas para controlar o avanço deste tipo de infecção, cinco enfermos desse hospital são selecionados, ao acaso e com reposição.

A probabilidade de que exatamente três dos enfermos selecionados não estejam acometidos com COVID é igual a:

- a) 20,48%
- b) 21,36%
- c) 22,45%
- d) 23,67%
- e) 24,53%

Em 10 anos (de 2012 a 2021), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual ( $Y$ ) da empresa TOFER RADO, em milhões de reais, e o respectivo gasto anual com propaganda ( $X$ ), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples  $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$ ,  $t = 1, 2, \dots$  foi elaborado para se prever  $Y$  em função de  $X$ , considerando as informações registradas, em que  $Y_1$  e  $X_1$  são o faturamento e o gasto com propaganda em 2012,  $Y_2$  e  $X_2$  são o faturamento e o gasto com propaganda em 2013, e assim por diante. Os parâmetros  $\alpha$  e  $\beta$  são desconhecidos e  $\varepsilon$  é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de  $\alpha$  e  $\beta$  foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com propaganda de 2012 a 2021 foram, em milhões de reais, iguais a 120 e 15, respectivamente.

28. Se a estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 1,8, então a previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa gastou com propaganda neste ano 2 milhões de reais, é, em milhões de reais:

- a) 10,4
- b) 11,6
- c) 12,9
- c) 13,7
- e) 14,8

29. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a

- a) R\$ 5.800,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.400,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 6.800,00

30. Para quitar uma dívida que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 77.000,00, um empresário deverá efetuar um pagamento de  $P$  reais daqui a um ano e outro de  $2P$  reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, obtém-se que  $P$  é igual a

- a) R\$ 27.000,00
- b) R\$ 29.160,00
- c) R\$ 30.326,40
- d) R\$ 31.492,80
- e) R\$ 32.659,20

**ECONOMIA***Celso Natale*

**31.** Considere que o custo total de uma firma em concorrência perfeita seja dado pela seguinte função:

$$CT = 1 + 3.q + 6.q^2$$

Sendo CT= custo total e x = quantidade produzida.

Ao produzir no nível ótimo, esta firma obteve um lucro total de \$53. Com base nessas informações, pode-se afirmar que o preço de mercado é de:.

- a) 36
- b) 39
- c) 42
- d) 45
- e) 48

**32.** A estrutura do balanço de pagamentos permite compreender o movimento internacional de capitais. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) a conta de Serviços registra os pagamentos (e os recebimentos) de serviços da dívida externa (juros) e o serviço do capital de risco (lucros e dividendos),
- b) doações em dinheiro são registradas na conta de Rendas Secundárias.
- c) a utilização de marcas e patentes é registrada na Conta de Capital.
- d) a ocorrência de déficit em transações correntes leva necessariamente à redução das reservas internacionais
- e) o aumento nas exportações tende a elevar o déficit em transações correntes

**33.** Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- a) repassado na maior parte aos produtores.
- b) totalmente suportado pelos produtores.
- c) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- d) repassado na maior parte aos consumidores.
- e) totalmente suportado pelos consumidores.

**34.** Com o objetivo de reduzir a desigualdade na distribuição de renda, o Estado pode empregar diversas estratégias. Uma delas é a implementação de transferências de renda diretas ou indiretas para as classes menos privilegiadas, por meio de um sistema de tributação progressiva. Adicionalmente, a adoção de políticas macroeconômicas também pode ser utilizada, buscando alcançar o pleno emprego e controlar a inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as seguintes funções:

- a) Orçamentária e Reguladora
- b) Distributiva e Estabilizadora
- c) Alocativa e Distributiva
- d) Estabilizadora e Alocativa
- e) Reguladora e Distributiva

**35.** Cientistas do Estado do Rio de Janeiro chegaram à conclusão de que a pesca excessiva no Estado ameaça extinguir algumas espécies de peixe, em virtude da ausência de direitos de propriedade bem definidos sobre os recursos pesqueiros.

Tal argumento tem respaldo na Teoria Econômica, e é denominado:

- a) excesso de demanda.
- b) assimetria de informações.
- c) tragédia dos comuns.
- d) maximização dos lucros.
- e) custo de oportunidade ambiental.

## **FINANÇAS PÚBLICAS**

*Leandro Ravvella*

**36.** A relevância da LDO reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano estratégico e as LOAs, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos estratégicos existentes antes da CF/1988. Assinale a alternativa que não elenca uma atribuição da Lei de Diretrizes Orçamentárias no processo orçamentário.

- a) estabelecer exigências para a realização de transferência voluntária
- b) dispor sobre o impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo banco central do Brasil, o qual serão demonstrados trimestralmente
- c) conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes nas prioridades do governo
- d) dispor sobre a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita
- e) dispor sobre a inclusão de novos projetos na loa ou nas leis de créditos adicionais, após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público

**37.** A LRF estabelece que integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, onde serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário, e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Apesar de serem estipuladas metas para três exercícios, apenas a meta para o ano seguinte é obrigatória – as demais são apenas metas indicativas. O anexo de metas fiscais (AMF) conterá ainda, exceto

- a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior
- b) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional
- c) evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- d) medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado
- e) avaliação da situação financeira e atuarial

**38.** A entrega de recursos aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente quando resulte na preservação ou no acréscimo no valor de bens públicos federais, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas. Em relação ao que dispões o ordenamento jurídico e as normas técnicas orçamentárias, associe a coluna 1 e 2 abaixo relacionadas.

- (1) Forma de implementação direta
  - (2) Forma de implementação descentralizada ou delegada
  - (3) Transferência obrigatória
  - (4) Linha de crédito
- ( ) ação orçamentária executada diretamente pela unidade responsável, sem que ocorra transferência de recursos financeiros para outros entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios) ou para entidades privadas.
- ( ) ação realizada mediante empréstimo de recursos aos beneficiários da operação. Enquadram-se também nessa classificação os casos de empréstimos concedidos por estabelecimento oficial de crédito a Estados e Distrito Federal, Municípios e ao Setor Privado.
- ( ) atividade ou projeto, na área de competência da União, executado por outro ente da Federação (Estado, Município ou Distrito Federal), com recursos repassados pela União.
- ( ) Operação especial que transfere recursos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- a) 1- 4- 3- 2
  - b) 4 – 2 – 1 – 3
  - c) 1 -3 – 4 – 2
  - d) 1 – 4 – 2 – 3
  - e) 1 – 2 – 3 – 4

**39.** O estabelecimento de limites para a dívida pública em geral e operações de créditos internas e externas, é competência do Congresso Nacional e do Senado Federal. Coube, pois, a LRF atuar de forma complementar, estabelecendo algumas regras gerais e condições, bem como prazos para enquadramento aos limites e/ou para recondução a eles. Assinale a alternativa que elenca o objeto de limite e o respectivo percentual estipulado pelo ordenamento jurídico vigente.

- a) não há limite para dívida consolidada na União
- b) o limite para operação de crédito na União é de 50% da RCL
- c) o limite para serviços da dívida na União é de 11,5% da RCL
- d) o limite para concessão de garantia nos estados e DF é de 60% da RCL
- e) o limite para ARO's nos estados e DF é de 16% da RCL

**40.** As etapas do processo de elaboração, os responsáveis e os produtos gerados seguem um rito, um processo e envolve diversos agentes técnicos em todo o sistema de elaboração do PLOA. Em relação ao que dispões as normas técnicas em matéria orçamentária, está de acordo com a prática vigente o que se assinala em

- a) inicialmente há o Planejamento do Processo de Elaboração realizado pelos Órgãos Setoriais
- b) Definição de Macrodiretrizes realizada pelas unidades orçamentárias
- c) Revisão da Estrutura Programática pelo Ministério da Economia
- d) Avaliação da Necessidades de Financiamento do Governo Central – NFGC - para a Proposta Orçamentária feito pelas unidades orçamentárias
- e) Fechamento, Compatibilização e Consolidação da Proposta Orçamentária feitos pela SOF, Ministério da Economia e Casa Civil.

**DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

**41.** Roberta, agente da Polícia Federal, lotada no setor de fiscalização contra o tráfico internacional de armas, no Estado do Rio de Janeiro, averiguava a partir de uma denúncia anônima, uma pista de pouso clandestina na zona sul da capital, onde aeroplanos fretados estariam descarregando fuzis do tipo AK-47 e AW L96A1 para logo depois serem comercializados nas favelas do Estado.

Decorrido um mês de investigação, Roberta achava a localização exata da pista e dos traficantes, todavia, antes que pudesse efetuar uma operação oficial com sua equipe de apoio, recebera uma ligação em que lhe foi oferecido propina no valor de trezentos mil reais para que deixasse de adotar as providências administrativas e legais aplicáveis. Roberta aceitou a propina.

No caso fictício em tela, a conduta de Roberta violou qual princípio expresso da Administração Pública?

- a) Publicidade, uma vez que Roberta não avisou aos seus superiores a conduta ilegal do suborno;
- b) Autotutela, visto que após constatar a conduta flagrantemente ilegal, Roberta era obrigada a aplicar as penalidades previstas em lei;
- c) Proporcionalidade, pois os meios utilizados por Roberta não foram adequados aos fins legais desejáveis à prisão do criminoso que a subornou;
- d) Eficiência, pois a atitude de prender o criminoso que subornou Roberta não foi exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional;
- e) Moralidade, pois a conduta de Roberta, ao aceitar a propina do criminoso, ficou em desconformidade com a ética administrativa, afastando-se da honestidade e boa fé no exercício da função pública.

**42.** A Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro, após processo licitatório, contratou a sociedade empresária *Renovva* para prestar o serviço de restauração predial no edifício da sede. Ocorreu que a contratada deu causa à inexecução parcial do contrato. Concluído o regular processo administrativo, a Secretaria Municipal aplicou-lhe a sanção administrativa da advertência, pois não se justificou a imposição de penalidade mais grave.

No caso fictício em tela e com base na doutrina de Direito Administrativo, o poder da administração pública que embasou a aplicação da mencionada sanção é o poder:

- a) de polícia;
- b) regulamentar;
- c) disciplinar;
- d) hierárquico;
- e) de justiça.

**43.** Antonella, servidora pública do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, ao trafegar pela Avenida Borges de Medeiros, verificou que determinado veículo automotor estava estacionado em local proibido no Parque Tom Jobim, onde acontecia uma festa junina infantil. Quando Antonella se aproximou do lugar constatou também que o veículo incomodava com som alto os frequentadores da região. Dessa forma, visando promover a tranquilidade dos cidadãos e a sua segura circulação, Antonella determinou que o automóvel fosse rebocado.

No caso em tela, o ato de remoção do veículo tem embasamento específico e diretamente no atributo do ato administrativo da:

- a) Imperatividade;
- b) Autoexecutoriedade;
- c) Finalidade;
- d) Presunção de legitimidade e veracidade;
- e) Competência.

**44.** A Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro, visando o combate ao tráfico internacional de armas, contratou empresa de notória especialização para prestar serviço técnico, de natureza predominantemente intelectual, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com o objetivo de fomentar a capacitação e a qualificação de seus servidores no uso de um novo software. Esse software é munido de uma inteligência artificial que identifica, por meio de análise infravermelha, armas de fogo em cargas de caminhões. A empresa já havia desenvolvido programas em outras ocasiões para o mesmo órgão e oferecera suporte em treinamentos anteriores. O valor estimado da contratação é de quinhentos mil reais e atende ao princípio da economicidade.

De acordo com a lei n.º 14.133/2021, a contratação desejada deve ocorrer mediante:

- a) processo licitatório obrigatório, na modalidade diálogo competitivo, pelo valor do contrato a ser firmado;
- b) processo licitatório obrigatório, na modalidade tomada de preços, pelo valor do contrato a ser firmado;
- c) processo licitatório obrigatório, na modalidade concurso, pela natureza do serviço a ser contratado;
- d) inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal;
- e) dispensa de licitação, por expressa previsão legal.

**45.** Após regular procedimento licitatório, a empresa *SAP BRASIL* foi contratada para fornecer oitenta e sete impressoras multifuncionais à Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro. Ocorre que a empresa entregou apenas trinta e duas impressoras, solicitando a Marcelo, ocupante de cargo em comissão na função de chefia no setor de orçamentos, que atestasse que recebera a quantidade correta, apesar de ter obtido um número muito inferior. Objetivando complementar sua remuneração, Marcelo pediu que lhe fosse feito um pagamento de cinco mil reais para fazer a declaração falsa.

No caso fictício em tela, de acordo com a lei n.º 8.429/1992 de Improbidade Administrativa com a redação conferida pela lei n.º 14.230/2021, Marcelo:

- a) Não praticou conduta que causa improbidade administrativa, uma vez que a nova redação da lei aceita apenas atos culposos para a configuração de ilícitos;
- b) Praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, estando sujeito à cominação, entre outras, de pagamento de multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração;
- c) Praticou ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, estando sujeito à cominação, entre outras, a suspensão dos direitos políticos até catorze anos;
- d) Praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, estando sujeito à cominação, entre outras, de pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano;
- e) Praticou ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, estando sujeito à cominação, entre outras, de perda da função pública.

46. João e as irmãs Carolina e Gabriela são alunos da escola pública estadual Vinícius de Moraes. Todos os dias, Seu Juarez os levava e os trazia de van como motorista no transporte escolar gratuito custeado pelo Estado. Durante o percurso entre a unidade escolar e as respectivas residências, sofreram danos físicos, em razão de um acidente causado por Seu Juarez ao cochilar no volante. Os pais, indignados com a situação, procuraram a Defensoria Pública para responsabilizar o Estado, encarregado pelo transporte.

A partir do enunciado fictício acima, assinale alternativa correta:

- a) O Estado responde objetivamente pelos danos materiais e morais causados aos alunos, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre o acidente de trânsito e os prejuízos sofridos, cabendo ao ente público mover ação de regresso contra o Seu Juarez nos casos de dolo ou culpa.
- b) O Estado responde subjetivamente pelos danos causados aos alunos, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa do Seu Juarez.
- c) Seu Juarez responde objetivamente, bastando que os pais comprovem o dano existente e o nexo causal entre a sua ação e o evento danoso.
- d) O Estado responde subjetivamente pelos danos causados aos alunos.
- e) O Estado não responde pelos danos causados aos alunos, devendo os pais acionar diretamente o responsável pelo acidente, Seu Juarez.

**REGIME DISCIPLINAR. ESTATUTO DO  
FUNCIONÁRIO PÚBLICO DO PODER  
EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DO RIO DE  
JANEIRO: LEI Nº 94, DE 14/03/1979 E  
ALTERAÇÕES. INTEGRIDADE E  
TRANSPARÊNCIA: DECRETO RIO Nº  
48.349/2021 E DECRETO RIO 50.021/2021**

*Géssica Ehle*

47. João das Couves é servidor público no município do Rio de Janeiro. Em 2022 sofreu um PAD e foi demitido. Ocorre que, João não cansou de tentar provar sua inocência e, recentemente ajuizou ação judicial para tanto. De acordo com o Estatuto do Funcionário Público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, caso seja comprovada a inocência de João das Couves, ele retornará ao serviço público por meio de

- a) Readmissão
- b) Aproveitamento
- c) Reintegração
- d) Reversão
- e) Ascensão funcional

48. De acordo com o Estatuto do Funcionário Público do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, o prazo para a tomada da posse e entrada em exercício é, respectivamente, de

- a) 15 e 30 dias
- b) 15 e 15 dias
- c) 30 e 30 dias
- d) 30 e 15 dias
- e) 15 e 45 dias

49. Nos termos do Decreto 48349/21, o Programa Carioca de Integridade Pública e Transparência - Rio Integridade apresenta os seguintes grupos de trabalho, a exceção de um, assinale-o:

- a) Integridade Pública
- b) Transparência
- c) Governo Digital
- d) Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação
- e) Prevenção e Combate à Desigualdade Racial

50. Ana Maria está inconformada com o fato de que seu colega de repartição vem desempenhando as atividades administrativas com pouca produtividade e competência, gerando impacto negativo na sociedade. Diante disso, abre o texto do Decreto n. 50.021/21 e começa a estudar os princípios previstos pelo mesmo. Concluirá, Ana Maria, que seu colega violou princípio da

- a) eficiência
- b) igualdade
- c) efetividade
- d) proporcionalidade
- e) segregação de funções

## DIREITO CIVIL

*Paulo Sousa*

51. A Lei nº 13.655, de 2018, inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Segundo o texto, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável. Esse compromisso:

- a) vai produzir efeitos a partir de sua assinatura oficial.
- b) pode ser celebrado, quando for o caso, após oitiva do órgão jurídico e após realização de consulta pública.
- c) deve buscar solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais.
- d) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral, quando for compatível com os interesses gerais.
- e) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de cumprimento.

**52.** José, cantor profissional, usa o nome artístico Alessandro, há alguns anos. Cesar, vizinho de José, publicou em suas redes sociais a seguinte declaração: “O cantor Alessandro é alcoólatra, não respeita os vizinhos, trai sua esposa e sempre sai com prostitutas”. Diante da declaração de Cesar, é correto afirmar que

- a) Cesar não poderá ser responsabilizado pela publicação, pois usou o pseudônimo de José e este não possui a mesma proteção dada ao nome.
- b) Cesar será responsabilizado, dado que o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória e, o pseudônimo possui a mesma proteção dada ao nome.
- c) Cesar será responsabilizado, dado que o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não haja intenção difamatória e, o pseudônimo possui a mesma proteção dada ao nome.
- d) José deverá provar que Cesar se referia a ele, na publicação, para que este seja responsabilizado, uma vez que o pseudônimo não goza da proteção dada ao nome.
- e) O Código Civil determina que o pseudônimo tenha a mesma proteção legal dada ao nome, mesmo que usado para atividades ilícitas, eis que o nome é um direito de personalidade.

**53.** Sobre as pessoas jurídicas assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As pessoas jurídicas de direito privado têm sua existência legal com a inscrição do ato constitutivo no registro respectivo, sendo que o direito de anular essa constituição por defeito ao ato decai em três anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- b) Constituem espécies de pessoas jurídicas reconhecidas pelo Código Civil unicamente as pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo.
- c) Regem-se pelo Código Civil, quanto ao seu funcionamento, as pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, salvo disposição em contrário.
- d) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- e) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

**54.** Acerca das disposições civis sobre o domicílio, assinale a alternativa correta:

- a) O domicílio da pessoa natural será, em regra, o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo, tendo várias residências cabe à própria pessoa natural eleger qual delas deve ser considerado seu domicílio.
- b) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.
- c) O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha onde o navio estiver matriculado e da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; e o do preso, o lugar em que cumprir a pena.
- d) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados e se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, o lugar do estabelecimento do principal estabelecimento.
- e) O domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, é o lugar onde esta é exercida, mas se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos ter-se-á por domicílio da pessoa natural o lugar onde for encontrada.

**55.** Prescreve em um ano:

- a) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa;
- b) a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição;
- c) a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele;
- d) a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- e) a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

## DIREITO EMPRESARIAL

*Cadu Carrilho*

**56.** Considerando as disposições da Lei nº 6.404/76 acerca dos consórcios societários, assinale a alternativa correta:

- a) As companhias e quaisquer outras sociedades, desde que sob o mesmo controle, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento.
- b) O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas se obrigam solidariamente pelas obrigações das demais.
- c) A falência de uma consorciada não se estende às demais, subsistindo o consórcio com as outras contratantes.
- d) A ação para anular a constituição da companhia, por vício ou defeito, prescreve em dois anos, contado da publicação dos atos constitutivos.
- e) A ação para anular as deliberações tomadas em assembléia-geral ou especial, irregularmente convocada ou instalada, violadoras da lei ou do estatuto, ou eivadas de erro, dolo, fraude ou simulação, prescreve em cinco anos, contados da deliberação.

**57.** Nos termos da Lei nº 6.404/76, prescreve em um ano:

- a) a ação contra peritos e subscritores do capital, para deles haver reparação civil pela avaliação de bens, contado o prazo da publicação da ata da assembléia-geral que aprovar o laudo.
- b) a ação para haver dividendos, contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.
- c) a ação contra os fundadores, acionistas, administradores, liquidantes, fiscais ou sociedade de comando, para deles haver reparação civil por atos culposos ou dolosos, no caso de violação da lei, do estatuto ou da convenção de grupo.
- d) a ação contra acionistas para restituição de dividendos recebidos de má-fé, contado o prazo da data da publicação da ata da assembléia-geral ordinária do exercício em que os dividendos tenham sido declarados.
- e) a ação contra os administradores ou titulares de partes beneficiárias para restituição das participações no lucro recebidas de má-fé, contado o prazo da data da publicação da ata da assembléia-geral ordinária do exercício em que as participações tenham sido pagas.

**58.** Nos termos da Lei nº 11.101/05, a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial:

- a) Interrompe o curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime da Lei nº 11.101/05.
- b) Suspende as execuções ajuizadas contra o devedor relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.
- c) Suspende as ações que demandarem quantia ilíquida.
- d) É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos, exceto os derivados da relação de trabalho.
- e) As execuções ajuizadas contra o devedor ficarão suspensas pelo prazo improrrogável de 180 dias.

**59.** Nos termos disciplinados pelo Código Civil, sobre o estabelecimento empresarial é correto afirmar:

- a) Quando o local onde se exerce a atividade empresarial for físico, a fixação do horário de funcionamento competirá ao Estado onde situado.
- b) O contrato que tenha por objeto a alienação do estabelecimento só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, dispensada a publicação.
- c) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em noventa dias a partir de sua notificação
- d) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.
- e) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, ainda que não contabilizados.

**60.** Acerca dos prepostos, assinale a alternativa correta:

- a) Quando a lei não exigir poderes especiais, considera-se o gerente autorizado a praticar todos os atos necessários ao exercício dos poderes que lhe foram outorgados.
- b) O preposto não pode participar de operação do mesmo gênero da que lhe foi cometida, vedada autorização em sentido contrário.
- c) O preponente não responde com o gerente pelos atos que este pratique em seu próprio nome.
- d) As limitações contidas na outorga de poderes, para serem opostas a terceiros, dependem do arquivamento e averbação do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis, ainda que provado serem conhecidas da pessoa que tratou com o gerente.
- e) O gerente não pode estar em juízo em nome do preponente.

### **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

*Emannuelle Gouveia*

**61.** Marque a letra que apresenta modelos de técnicas de aprendizado supervisionado

- a) Support Vector Machines (SVM), PCA
- b) árvores de decisão, K-Nearest Neighbors (KNN), regressão linear
- c) redes neurais, PCA
- d) Apriori, k-Means
- e) k-Means, árvores de decisão,

**62.** Infraestrutura de Data Warehouse distribuído de software livre construída sobre o Hadoop para fornecer sumarização, consulta e análise de dados.

- a) HIVE
- b) IMPALA
- c) OOZIE
- d) SPARK
- e) SQOOP

**63.** Um Sistema de Informação está sujeito a falhas durante a execução de uma transação. Caso haja uma falha geral do sistema no meio de uma transação e o banco de dados não seja capaz de voltar ao estado original dos dados antes da falha, falamos que ocorreu um problema de:

- a) integridade.
- b) redundância.
- c) ruptura de acesso.
- d) atonicidade.
- e) isolamento.

**64.** Um usuário deseja obter a listagem de nomes de funcionários não repetidos da Secretaria de Fazenda. Para isso ele acessará a tabela "servidor" e usará o campo nome. Qual das letras abaixo, indica a sintaxe correta do comando:

- a) `select * from servidor`
- b) `select nome from servidor`
- c) `select nome from servidor where codigo <> 1`
- d) `select codigo, nome from servidor where codigo >= 0`
- e) `select distinct nome from servidor`

**65.** Marque das letras abaixo aquela que apresenta a tarefa da PLN que retira as palavras que supostamente não tem grande importância para a compreensão do texto:

- a) Tokenization
- b) Stemming
- c) Lemmatization
- d) StopWord Removal
- e) Division

---

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

---

*Fernando Pedrosa*

Acerca de **Análise de Pontos de Função**, julgue os itens subsequentes.

**66.** Quais são os tipos de contagem de pontos de função?

- a) Projeto de desenvolvimento, projeto de melhoria e aplicação.
- b) Contagem prévia, contagem não ajustada e contagem ajustada.
- c) Corretiva, adaptativa e evolutiva.
- d) Indicativa, estimativa e detalhada
- e) Inicial, intermediária e final

**67.** O que é OCR em relação ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)?

- a) É um método para converter documentos físicos em documentos digitais.
- b) É uma técnica para indexar e classificar documentos.
- c) É uma tecnologia que permite a captura de caracteres a partir de uma imagem digitalizada.
- d) É uma técnica para o armazenamento de documentos.
- e) É um método para controlar o fluxo de trabalho de documentos.

Acerca de **SOA e Web Services**, julgue os itens subsequentes.

**68.** Sobre Web Services tradicionais e a arquitetura REST, assinale V para verdadeiro e F para falso.

- ( ) Web services tradicionais suportam HTTP e SMTP como serviço de transporte, mas não FTP.
  - ( ) A arquitetura REST faz o gerenciamento de estados das transações, ao contrário de Web Services tradicionais.
  - ( ) A arquitetura REST pode trabalhar com arquivos texto, JSON e XML, entre outros.
- a) F - F - F
  - b) F - F - V
  - c) V - F - V
  - d) V - V - F
  - e) V - V - V

---

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

---

*André Castro*

**69.** Em relação ao processo de assinatura digital, indique o item que não apresenta uma etapa ou rotina do processo

- a) Geração de HASH da mensagem original a ser enviada
- b) Envio do texto criptografado com a chave privada do emissor
- c) Comparação do HASH recebido com o HASH gerado a partir da mensagem recebida
- d) Decriptografia com a chave pública do emissor
- e) Concatenação para envio da mensagem em claro com o HASH criptografado com a chave privada do emissor

**70.** A respeito das funções HASH e suas características, julgue os itens:

- I – Uma das principais técnicas incorporadas nas funções HASH é a difusão.
- II – Uma boa função HASH é aquele que possui maior resistência à colisão, podendo ser chamado de resistente à colisão forte.
- III - Uma das técnicas de ataque utilizada nas funções HASH é por meio do ataque de aniversário, que busca, encontrar a partir de uma mensagem específica, o seu correspondente.

Estão corretas:

- a) Somente I
- b) Somente II
- c) Somente III
- d) I e II
- e) II e III

### **CONTABILIDADE GERAL**

*Silvio Sande*

**71.** Com relação aos Intangíveis, analise os itens a seguir:

- I. Ativos Intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos ao teste de recuperabilidade.
- II. Ativos Intangíveis com vida útil definida estão sujeitos ao teste de recuperabilidade anualmente.
- III. O Goodwill (ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura) gerado internamente deve ser reconhecido como um ativo.

Assinale a opção correta.

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III
- d) Nenhuma proposição está correta.

**72.** Uma indústria adquiriu um equipamento de grande porte em 1º de julho de 2021. Para aquisição da máquina, a sociedade deveria desembolsar R\$ 3.000.000,00 à vista. Após analisar o seu fluxo de caixa, a administração da indústria decidiu financiar o pagamento da máquina junto ao fornecedor em 36 parcelas mensais de R\$ 100.000,00, totalizando R\$ 3.600.000,00. Adicionalmente, a empresa ainda desembolsou R\$ 80.000,00 para transportar a máquina da sede do fornecedor ao local de sua instalação; R\$ 160.000,00 com tributos não recuperáveis; e, R\$ 20.000,00 com seguro no transporte. Sabe-se que a indústria contratou uma empresa especializada para realizar a instalação e incorreu em gastos com instalação no montante de R\$ 100.000,00. Findada a instalação, a fase de testes do funcionamento da máquina gerou custos de R\$ 50.000,00 e as amostras produzidas, na fase de testes, foram vendidas por R\$ 10.000,00. Devidamente instalada e testada, a máquina ficou apta para produzir em 1º de outubro de 2021. Posteriormente, a empresa pagou R\$ 15.000,00 na realização de um curso para treinamento de seus empregados a fim de operar o equipamento. O método adotado para cálculo da depreciação foi o linear, considerando valor residual de 10% do custo de aquisição. A vida útil estimada foi de doze anos. Ao longo do ano de 2022, a máquina ficou ociosa por um período de 90 dias.

Considerando essas informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, o saldo da conta de depreciação acumulada dessa máquina, em 31/12/2022, foi de:

- a) R\$318.750,00
- b) R\$414.350,00
- c) R\$ 450.000,00
- d) R\$ 500.062,00
- e) R\$ 530.045,00

**73.** A empresa ABC adquiriu a vista 05 máquinas por R\$2.400,00 cada uma, com a intenção de revender.

Na operação incidência de 20% de ICMS, e de 10% de IPI. A contabilização no livro Diário foi a seguinte:

a) Mercadorias	9.600,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
IPI a Recuperar	1.200,00
a Duplicatas a Pagar	13.200,00
b) Mercadorias	9.600,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
a Caixa	12.000,00
c) Mercadorias	10.800,00
IPI a Recuperar	1.200,00
a Caixa.	12.000,00
d) Mercadorias	10.800,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
a Caixa.	13.200,00
e) Mercadorias	10.800,00
ICMS a Recuperar	1.400,00
a Caixa	13.200,00

**74.** Uma empresa tinha em 31/12/2019 dois terrenos utilizados nas suas atividades, sendo que o primeiro terreno estava contabilizado por 200.000,00 e o segundo estava contabilizado por R\$ 100.000,00. Em janeiro de 2020 a empresa realizou uma reestruturação, transferindo os dois terrenos para a conta Propriedades para Investimento, com o objetivo de valorizar o capital.

Em janeiro de 2020, esta empresa Aplicando o valor justo, a empresa constatou que os valores de cada um dos terrenos era de R\$ 150.000,00.

No que diz respeito a alteração patrimonial, assinale a alternativa correta

- a) Não houve impacto no resultado pois houve um ganho e uma perda de igual valor.
- b) Houve um impacto positivo no resultado no valor de R\$ 50.000,00.
- c) As alterações ocorridas nos dois terrenos serão ajustadas em outros resultados abrangentes, no PL.
- d) As alterações ocorridas nos dois terrenos serão ajustadas no resultados do exercício.
- e) Houve um impacto negativo no resultado do exercício no valor de R\$ 50.000,00.

**75.** A empresa SS definiu em seu plano de negócios encerrar sua operação em uma determinada cidade. Como consequência dessa decisão a empresa decidiu vender o prédio que mantinha nessa localidade. O valor contábil do prédio em 31/12/2022 era de R\$400.000,00. A empresa apurou que o valor de venda do imóvel era de R\$ 440.000,00. O custo da venda entre comissões, documentação etc, era de R\$ 70.000,00. Como base nas informações acima é correto afirmar que:

- a) O bem deve permanecer no grupo de ativo imobilizado e ser depreciado em função da vida útil estimada normalmente até a data da sua venda.
- b) O bem deve ser baixado do ativo imobilizado imediatamente gerando uma perda com ativos de R\$ 400.000,00.
- c) O bem deve ser baixado do ativo imobilizado imediatamente gerando uma receita com ativos de R\$ 330.000,00.
- d) O bem deve ser transferido para o grupo de ativos não circulantes mantidos para venda e deve ser reconhecido pelo valor justo de R\$ 370.000,00.
- e) O bem deve ser transferido para o grupo de ativos não circulantes mantidos para venda e deve ser reconhecido pelo valor justo de R\$ 400.000,00.

**76.** Em 25/08/2022, a Cia. SS adquiriu, à vista, sessenta por cento (60%) do capital votante da Cia. S2 por R\$ 1.200.000,00. Essas ações correspondiam a quarenta por cento (40%) do capital social da sociedade investida. No final do exercício, a Cia. S2 apurou um lucro líquido de R\$ 400.000,00 e distribuiu dividendos na base de cinquenta por cento (50%), conforme previa seu estatuto. Sabendo-se que a aquisição dessas ações constituiu o único investimento permanente em outras empresas feito pela Cia. SS, o valor que constou no balanço patrimonial elaborado pela Cia. SS, em 31/12/2022, referente ao grupo do Investimento foi de:

- a) R\$ 1.280.000,00
- b) R\$ 1.360.000,00
- c) R\$ 1.440.000,00
- d) R\$ 1.320.000,00
- e) R\$ 1.560.000,00

**77.** Uma loja vende notebooks pelo preço de R\$ 5.000,00.

Em julho de 2021, a loja vendeu trinta notebooks, sendo metade à vista e o restante no cartão de crédito, cujo recebimento será em agosto. A loja oferece garantia de um ano sobre os aparelhos vendidos. Além disso, estima que cada notebooks que apresentar defeitos maiores terá custo de reparação de R\$ 1.000,00, enquanto o que apresentar defeitos menores terá custo de R\$ 500,00 cada.

A loja possui o seguinte histórico: 10% dos notebooks têm defeitos maiores, 30% têm defeitos menores e 40% não apresentam defeitos. Em 31/07/2021, a loja deve reconhecer provisão para garantias no valor de

- a) R\$ 1.500,00.
- b) R\$ 4.200,00.
- c) R\$ 7.500,00.
- d) R\$ 10.000,00.
- e) R\$ 15.000,00.

78. Uma empresa apresentou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0.

Receita de Vendas	200.000
Custo das Mercadorias Vendidas	<u>80.000</u>
Lucro Bruto	120.000
Despesas operacionais:	
Salários	- 30.000
Depreciação	- 20.000
perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	- 4.000
aluguel	- 12.000
Resultado de equivalência patrimonial	18.000
Outras receitas e despesas operacionais	
Prejuízo na venda de máquina	<u>- 20.000</u>
LAIR	40.000
IRCS	<u>- 13.600</u>
Lucro Líquido	<u>38.400</u>

Assinale a opção que indica o Lucro Ajustado, evidenciado na Atividade Operacional da Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto.

- a) R\$ 60.400
- b) R\$ 64.400
- c) R\$ 66.400
- d) R\$ 72.400
- e) R\$ 82.400

79. Em 31/12/2021, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo		Patrimônio Líquido	
Caixa	200.000	Capital Social	180.000
Máquinas	100.000	Reserva de Lucros	120.000
Ativo Total	300.000	PL Total	300.000

A máquina possui vida útil de 10 anos e possui um valor residual de 18.000.

A sociedade empresária construiu, de 01/01/21 a 30/06/21, uma máquina para utilizar em seus negócios.

A sociedade empresária incorreu nos seguintes custos na produção:

materiais: R\$ 100.000;

mão de obra: R\$ 200.000, sendo R\$ 150.000 com funcionários próprios, e R\$ 50.000, com funcionários terceirizados.

Além disso, utilizou a máquina que a empresa possuía durante o processo de produção. Ainda, contraiu um financiamento de longo prazo em um banco, no valor de R\$ 50.000, com juros de 12 % ao semestre, para a construção da máquina.

Assinale a opção que indica o valor adicionado a distribuir da sociedade empresária, considerando apenas esses fatos.

- a) R\$ 75.000.
- b) R\$ 80.000.
- c) R\$ 105.000.
- d) R\$ 107.000.
- e) R\$ 156.000.

**80.** A Companhia S2 S.A. está fechando seu exercício social de 2021, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 600.000,00

Adições Temporárias: R\$ 60.000,00

Adições Definitivas: R\$ 40.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 20.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 100.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32.

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

- a) 183.600,00 e 20.400,00
- b) 183.600,00 e 6.800,00
- c) 197.200,00 e 6.800,00
- d) 197.200,00 e 13.600,00
- e) 217.600,00 e 13.600,00

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Nelma Fontana*

**81.** Quanto aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- b) Para que possam concorrer a outros cargos, os titulares de mandatos eletivos do Executivo e do Legislativo deverão renunciar aos seus cargos até seis meses antes do pleito. Assim, o governador é inelegível deputado, bem como o senador é inelegível Presidente da República, salvo se renunciarem aos seus respectivos cargos no prazo fixado pela Constituição Federal.
- c) Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.
- d) São brasileiros natos, em regra, os que nascem no Brasil, independentemente de os pais serem ou não brasileiros. Aqueles que nascem fora do Brasil, ainda que filhos de brasileiros, não obterão a nacionalidade primária dos pais, salvo se vierem residir no Brasil e optarem, a qualquer tempo, depois de adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- e) O sindicato é legitimado a fazer a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, nas questões judiciais e extrajudiciais, independentemente de autorização expressa do associado.

**82.** O Município de Maceió editou lei que afrontava dispositivo expresso da Constituição de Alagoas, de reprodução obrigatória da Constituição Federal e nos seus exatos termos. Considerando a situação hipotética, indique a alternativa que indica corretamente a ação cabível e o órgão judicial competente para processá-la e julgá-la.

- a) Ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal.
- b) Ação civil pública e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade e o juízo de Fazenda Pública de Maceió.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

**83.** O Corregedor Nacional de Justiça, no exercício de atribuição que lhe fora conferida pelo Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (Resolução 67/2009) requisitou das autoridades fiscal e monetária, no âmbito da União, informações sigilosas a respeito de João da Silva, juiz federal substituto, para apurar, a partir de fundados elementos de suspeita, em procedimento de investigação, suposta venda de sentença. O Banco Central e a Receita Federal do Brasil negaram acesso aos dados, pelo fato de não existir lei complementar que autorize, na hipótese, quebra de sigilo bancário e fiscal e em razão da inexistência de ordem judicial.

Sabendo que a Constituição Federal a todos assegura o direito à inviolabilidade de sigilo de dados, indique a alternativa correta, consoante posicionamento do Supremo Tribunal Federal e a redação da Lei Maior.

- a) A Resolução 67/2009 não poderia ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, mas poderia ser questionada por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental, dada a natureza subsidiária desta ação.
- b) As autoridades agiram corretamente, uma vez que a quebra de sigilo de dados só pode ser feita por meio de ordem judicial ou nas hipóteses autorizadas por lei em sentido formal.
- c) O dispositivo do Regimento Interno do CNJ é formalmente inconstitucional, porque a matéria deve ser disciplinada no Estatuto da Magistratura, lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
- d) Embora constitucionalmente protegido, o sigilo de dados bancários e fiscais pode ser objeto de conformação regimental (lei em sentido material) devidamente justificada, para atender interesse público, com previsão de hipóteses de transferência de dados no interior da Administração Pública.
- e) A norma regimental é formalmente constitucional, mas não guarda compatibilidade

material com a Constituição Federal, uma vez que autoriza o acesso, sem ordem judicial, a dados sigilosos por mera requisição de autoridade administrativa.

**84.** O Rio Grande do Sul pretende, mediante lei estadual, após consulta prévia à população diretamente interessada, tendo sido apresentado estudo de viabilidade, criar novo município a partir de desmembramento. Acerca do caso narrado, aponte a alternativa correta, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal e nos termos expressos na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal veda a secessão, de forma que aos Estados-membros é vedada a criação de novos municípios por desmembramento de município existente.
- b) A competência para a formação de novos municípios, por fusão ou por desmembramento, é da União, por meio de lei complementar.
- c) O Rio Grande do Sul está autorizado a formar novos municípios, por fusão ou por desmembramento, uma vez que o resultado do plebiscito foi favorável e houve publicação de estudo de viabilidade. Entretanto, o assunto é reservado à lei complementar estadual.
- d) O Rio Grande do Sul não poderá criar novo município antes da publicação de lei complementar federal estabelecendo o período em que a competência poderá ser exercida.
- e) A criação de novos municípios, por desmembramento, é vedada pela Constituição Federal.

**85.** O termo “constituição” pode ser definido em várias acepções, variáveis conforme o fundamento que se adote.

A partir dos vários sentidos (ou concepções) de constituição, analise os seguintes itens:

I – O sentido sociológico foi proposto por Ferdinand Lassalle, que defende ser a Constituição a somatória dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade, o efetivo poder social.

II – A concepção jurídica, de Carl Schmitt, compreende a Constituição consiste como um sistema de normas jurídicas, paradigma de validade de todo o ordenamento jurídico.

III – O sentido político, proposto por Hans Kelsen, entende que a ser a Constituição uma decisão política fundamental, um conjunto de opções políticas de um Estado, e não um reflexo da sociedade.

IV – Segundo a concepção sociológica de Karl Marx, a Constituição é um produto das relações de produção que visa assegurar os interesses da classe dominante.

Assinale a alternativa que contenha as assertivas verdadeiras:

- a) I e IV
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV
- e) I, III e IV

**86.** Após os ataques às sedes dos Três Poderes, em 08 de janeiro de 2023, o Presidente da República decretou Intervenção Federal na Segurança Pública do Distrito Federal.

Acerca do instituto da Intervenção, assinale a alternativa correta:

- a) A intervenção tem início após sua aprovação pelo Congresso Nacional, não havendo limitação constitucional quanto à sua duração.
- b) O decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas, salvo hipóteses de não funcionamento do Legislativo, caso em que o prazo é de 72 horas.
- c) As manifestações do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional são imprescindíveis para a decretação de intervenção federal, possuindo ambos os órgãos decisão vinculante.
- d) Na intervenção provocada, por requisição, o Presidente da República age após provocação do próprio ente federativo ou do Judiciário, de modo a garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.
- e) Na intervenção voluntária, o Presidente da República atua sem provocação, agindo mediante análise pessoal e discricionária do ato/fato que enseja a intervenção, sendo quatro as hipóteses que autorizam tal tipo de ação: manter a integridade nacional; repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; reorganizar as finanças da unidade da Federação.

**87.** O Estado X, com problemas para atingir o quórum de emendas constitucionais no estado, consegue aprovar a alteração do texto constitucional estadual, alterando para 2/3 o quórum de aprovação das emendas, alteração proposta pelo Governador de Estado. Segundo entendimento do STF, a alteração realizada pela Assembleia Legislativa é:

- a) Constitucional, tendo em vista a independência do Poder Constituinte Derivado.
- b) Inconstitucional, tendo em vista a dependência do Poder Constituinte Derivado.
- c) Constitucional, pois os entes federados gozam de poder de auto-organização e autolegislação irrestritos.
- d) Inconstitucional, pois o Governador não é legitimado ativo em EC estadual.
- e) Inconstitucional, tendo em vista que é vedada norma de Constituição estadual que preveja quórum diverso de 3/5 dos membros do Poder Legislativo para aprovação de emendas constitucionais.

**88.** O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- e) Constitucional, pois há Lei Complementar federal que autoriza os Estados a legislar sobre tal matéria.

**89.** A respeito da legitimidade ativa das confederações sindicais e das entidades de classe de âmbito nacional nas ações do controle objetivo de constitucionalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) A entidade que não representa a totalidade de sua categoria profissional não possui legitimidade ativa para ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade.
- b) Associações diversas, independentemente de representação profissional ou empresarial, desde que legalmente constituídas e de âmbito nacional, têm legitimidade ativa para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- c) As entidades de classe, para configuração do âmbito nacional, deverão ter representatividade em pelo menos nove estados brasileiros.
- d) A legitimação ativa das entidades de classe para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade depende da demonstração de pertinência temática.
- e) Para ajuizamento das ações do controle objetivo de constitucionalidade, as entidades de classe de âmbito nacional precisarão constituir advogado, que deverá juntar procuração aos autos.

**90.** O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.

Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:

- a) Constitucional, material e formalmente.
- b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
- d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
- e) Inconstitucional, formal e materialmente.

**DIREITO TRIBUTÁRIO***Fernando Mauricio*

**91.** Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) As Contribuições para SEBRAE, por incentivar a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, é considerada Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

II-) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

**92.** A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**93.** A Igreja Batista de Niterói/RJ alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

**94.** Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador pode ser feita por meio de decreto.
- II-) A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais.
- III-) É cabível a concessão de remissão, com amparo em convênios CONFAZ, de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais declarados inconstitucionais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) II.

**95.** Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

**96.** Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) é passível de tributação pelo ICMS.

II-) É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.

III-) Incide imposto de renda sobre valores decorrentes do direito de família percebidos pelos alimentados a título de alimentos ou de pensões alimentícias.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

**97.** Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

**98.** O Prefeito do Rio de Janeiro, por meio de Decreto publicado em 22 de dezembro de 2020, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

**99.** Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.

II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.

III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

**100.** Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete, privativamente, à autoridade administrativa constituir, pelo lançamento, a obrigação tributária, verificando a ocorrência do fato gerador.

II-) O lançamento é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência da obrigação tributária correspondente, necessária para o surgimento do fato gerador.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

**101.** Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter geral somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A moratória não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.

III-) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**102.** Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

I-) De forma a não afrontar o Princípio da Equidade, a isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.

II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**103.** As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.

b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.

d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.

e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

**104.** A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

III-) Atendidos os requisitos previstos em lei, é legítima a submissão de empresas a Regime Especial de Fiscalização, salvo comprovação de que as medidas inviabilizem indevidamente o livre exercício da atividade econômica.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

**105.** Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

## **CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA**

*Antônio Pequeno*

**106.** Assinale a alternativa correta acerca dos crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei nº 8.137/1990.

- a) Todos os crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei nº 8.137/1990, admitem a modalidade culposa.
- b) O pagamento da diferença do imposto devido, antes do recebimento da denúncia, extingue a punibilidade pelo crime de corrupção ativa atrelado ao de sonegação fiscal.
- c) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, em qualquer hipótese, antes do lançamento definitivo do tributo.
- d) Pagamento da multa tributária extingue a punibilidade do crime previsto no Art. 1º, V, da Lei nº 8.137/1990.
- e) A conduta de não recolher ICMS em operações próprias ou em substituição tributária enquadra-se formalmente no tipo previsto no Art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990 (apropriação indébita tributária), desde que comprovado o dolo.

**107.** Analise as seguintes assertivas sobre crimes contra a ordem tributária e assinale a INCORRETA.

- a) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária (art. 1º, I a IV, da Lei nº 8.137/90) antes do lançamento definitivo do tributo.
- b) A conduta de aceitar promessa de vantagem indevida, em razão de função, para deixar de lançar ou cobrar tributo se caracteriza como crime funcional contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/90.
- c) O parcelamento dos débitos tributários suspende a pretensão punitiva do Estado referente aos crimes previstos nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90, desde que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia.
- d) Segundo o STF, a conduta de deixar de recolher ICMS descontado ou cobrado de terceiro (consumidor final) não constitui crime, se o tributo for devidamente declarado em documentação contábil e fiscal idônea.
- e) O pagamento integral do tributo sonogado, inclusive de acessórios, extingue a punibilidade do agente, ainda que efetuado posteriormente ao recebimento da denúncia.

**108.** Hércules, auditor fiscal, sabendo que a empresa Olimpo, de propriedade de Dionísio, era devedora de tributos ao fisco, procurou Dionísio solicitando para si o pagamento de R\$ 150.000,00 para deixar de lançá-los. Nesse caso, Hércules praticou, em tese, crime

- a) de extorsão.
- b) de corrupção passiva.
- c) de concussão.
- d) funcional contra a ordem tributária.
- e) de corrupção ativa.

**109.** O particular que, conjuntamente com um funcionário público, sabendo da condição deste, patrocina diretamente interesse privado perante a administração fazendária pratica

- a) advocacia administrativa.
- b) tráfico de influência.
- c) conduta atípica.
- d) crime previsto na Lei n.º 8.137/1990.
- e) prevaricação.

**110.** Aquele que adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos incide na mesma pena de quem pratica o crime de:

- a) crime funcional contra a ordem tributária
- b) descaminho.
- c) apropriação indébita previdenciária
- d) corrupção
- e) contrabando.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA***Rafael Rocha*

**111.** Assinale a assertiva que indica um serviço que está sujeito, exclusivamente, ao ISS:

- a) Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, assim como a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado.
- b) Venda de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
- c) Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de tecnologia da informação veicular, desde que o prestador de serviços seja proprietário da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.
- d) Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
- e) Alfaiataria e costura.

**112.** A incidência do ISS depende:

- a) De os serviços não compreenderem o fornecimento concomitante de mercadorias.
- b) Do resultado financeiro obtido.
- c) De o serviço estar expressamente contemplado na lista de serviços prevista em lei.
- d) Do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade.
- e) Da destinação dos serviços.

**113.** Nos termos do CTM, quando a prestação do serviço contratado for dividida em etapas, considera-se devido o imposto:

- a) Na data da contratação do serviço.
- b) Na data do início da execução do serviço.
- c) Na data em que for finalizada a execução da primeira etapa do serviço.
- d) Ao final da execução do serviço.
- e) Na quinzena em que for concluída qualquer etapa a que estiver vinculada a exigibilidade de uma parte do preço.

**114.** Acerca da incidência do IPTU, assinale a opção correta:

- a) O Imposto sobre a Propriedade Predial incide sobre os imóveis edificados, com "habite-se", ocupados ou não, exceto quando a construção tiver sido licenciada por terceiro ou feita em terreno alheio.
- b) O Imposto sobre a Propriedade Predial incide sobre imóveis edificados e ocupados ainda que o respectivo "habite-se" não tenha sido concedido.
- c) A incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial no caso de benfeitoria construída em área de maior porção, sem vinculação ao respectivo terreno, afasta, proporcionalmente, a tributação territorial sobre a área.
- d) A mudança de tributação predial para territorial, ou de territorial para predial, somente prevalecerá, para efeito de cobrança do imposto respectivo, a partir do mês seguinte àquele em que ocorrer o evento causador da alteração.
- e) Consideram-se urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelo órgão municipal competente, desde que destinados à habitação ou ao comércio.

**115.** De acordo com o CTM, é isento do IPTU:

- a) o contribuinte com mais de sessenta e cinco anos, aposentado ou pensionista, com renda mensal total de até três salários mínimos, titular exclusivo de um único imóvel, utilizado para sua residência, com até oitenta metros quadrados, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge ou companheiro supérstite e que seus ganhos mensais sejam iguais ou inferiores a três salários mínimos.
- b) o contribuinte com mais de sessenta anos, aposentado ou pensionista, com renda mensal total de até três salários mínimos, titular exclusivo de um único imóvel, utilizado para sua residência, com até oitenta metros quadrados, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge ou companheiro supérstite e que seus ganhos mensais sejam iguais ou inferiores a três salários mínimos.
- c) o contribuinte com mais de sessenta anos, aposentado ou pensionista, com renda mensal total de até três salários mínimos, titular exclusivo de um único imóvel, utilizado para sua residência, com até noventa metros quadrados, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge ou companheiro supérstite e que seus ganhos mensais sejam iguais ou inferiores a três salários mínimos.
- d) o contribuinte com mais de setenta anos, aposentado ou pensionista, com renda mensal total de até três salários mínimos, titular exclusivo de um único imóvel, utilizado para sua residência, com até noventa metros quadrados, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge ou companheiro supérstite e que seus ganhos mensais sejam iguais ou inferiores a três salários mínimos.
- e) o contribuinte com mais de setenta anos, aposentado ou pensionista, com renda mensal

total de até três salários mínimos, titular exclusivo de um único imóvel, utilizado para sua residência, com até oitenta metros quadrados, persistindo o direito à isenção após o seu falecimento, desde que a unidade continue a servir de residência ao cônjuge ou companheiro supérstite e que seus ganhos mensais sejam iguais ou inferiores a três salários mínimos.

**116.** De acordo com o CTM, no caso de unidade pertencente a edificação apart-hotel e similares que possua utilização residencial, o fator de Valor Unitário a ser aplicado será o de:

- a) Padrão Casa - Vca.
- b) Padrão Loja - Vlj.
- c) Padrão Sala Comercial - Vap.
- d) Padrão Apartamento - Vap.
- e) Padrão Territorial - Vo.

**117.** De acordo com a lei municipal nº 5.132/09, pode-se afirmar que o Fundo Especial de Iluminação Pública fica vinculado à:

- a) Secretaria Municipal da Casa Civil.
- b) Secretaria Municipal de Obras e Conservação.
- c) Secretaria Municipal de Transportes.
- d) Secretaria Municipal de Habitação.
- e) Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

**118.** De acordo com a lei municipal nº 1.364/88, pode-se afirmar que o ITBI deverá ser recolhido, em se tratando de tornas ou reposições, no prazo de:

- a) em trinta dias contados da homologação da partilha.
- b) em quarenta e cinco dias contados da homologação da partilha.
- c) em sessenta dias contados da homologação da partilha.
- d) em noventa dias contados da homologação da partilha.
- e) em cento e vinte dias contados da homologação da partilha.

**119.** Constitui exceção à observância da carga tributária mínima prevista no CTM, o seguinte serviço:

- a) Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
- b) Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.
- c) Serviços de transporte municipal de pessoas, bens ou valores.
- d) Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
- e) Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

**120.** Com base no que prevê o CTM, a importância que tenha sido depositada pelo contribuinte, caso seja reconhecido o seu direito, deverá ser devolvida a ele no prazo:

- a) 5 dias a contar da requisição feita pelo contribuinte.
- b) 10 dias a contar da requisição feita pelo contribuinte.
- c) 15 dias a contar da requisição feita pelo contribuinte.
- d) 30 dias a contar da requisição feita pelo contribuinte.
- e) 60 dias a contar da requisição feita pelo contribuinte.

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

*Rafael Henze*

**121.** A Lei Municipal nº 5132 de 2009 institui a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública no Município do Rio de Janeiro.

Analise os seguintes dispositivos e verifique quais estão coerentes com o previsto na mencionada lei.

1º - O recolhimento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP fora do prazo não acarretará ao contribuinte a incidência de quaisquer acréscimos legais desde que efetuado antes do encaminhamento, à Secretaria Municipal de Fazenda, da relação de inadimplentes

2º - O serviço custeado com a Contribuição compreende a iluminação de vias, logradouros e demais bens de uso comum do povo, e a instalação, a manutenção e o melhoramento da rede de telefonia e dados.

3º - É proibida a instituição de responsabilidade tributária da Empresa Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica pela cobrança e recolhimento da COSIP

4º - Sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis, iniciado o procedimento fiscal para cobrança da COSIP, também será aplicável à Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica multa de ofício de 50% sobre o valor da COSIP não paga quando a Contribuição deixar de ser cobrada na fatura, fora dos casos previstos na legislação

- a) FFVV
- b) FVFF
- c) VVVV
- d) VFFV
- e) FVFF

**122.** De acordo com a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional a Lei Complementar nº 116/2003, que regulamenta o ISSQN e as Leis Municipais vigentes no Município do Rio de Janeiro, avalie as afirmações a seguir.

I – Está isento de ITBI a reserva de usufruto

II - O IPTU pode ser progressivo em razão da renda do proprietário do imóvel e, também, pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

III - O ISSQN incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País, assim como incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

IV - O ITBI incide sobre as transmissões "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

V – São responsáveis pelo pagamento do ISS os titulares de direitos sobre prédios ou os contratantes de obras e serviços, se não identificarem os construtores ou os empreiteiros de construção, reconstrução, reforma, reparação ou acréscimo desses bens, pelo imposto devido pelos construtores ou empreiteiros

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e V.
- b) I, IV e V.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, IV e V

**123.** No Brasil, a base de cálculo dos tributos é conceituada como a grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota para calcular a quantia total a ser recolhida aos cofres públicos.

Em se tratando do IPTU cobrado de propriedades prediais situadas na zona urbana do Rio de Janeiro, é CORRETO afirmar que sua base de cálculo corresponde ao:

- a) Valor do terreno mais o valor da construção, desconsiderando o valor venal do imóvel.
- b) Valor venal do imóvel, considerando dívidas que o onerem.
- c) Valor venal do imóvel, considerando apenas o valor do terreno.
- d) Valor venal do imóvel, considerando a edificação mais a área ou fração ideal do terreno a ela vinculada
- e) Valor da terra nua, quando se tratar de imóvel territorial.

**124.** MarAmar é uma concessionária portuária que atua no país todo e cuida do reboque de várias embarcações que chegam no porto e por algum motivo necessitam dos seus serviços.

A sede da empresa está situada em Niterói, mas ela mantém uma filial no Rio de Janeiro.

Um navio de bandeira Chinesa partiu dos Estados Unidos carregado de bens móveis e atracou no porto do Rio de Janeiro, ficando momentaneamente sob a guarda da empresa MarAmar.

O serviço foi pago pelo vendedor dos bens móveis transportados, estabelecido nos Estados Unidos e consta na lista anexa ao CTM no seguinte subitem:

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres

É correto afirmar que:

- a) Não incide sobre esse serviço o ISS, uma vez que se trata de exportação de serviço para a China
- b) não incide ISS sobre o estacionamento de embarcações quando o serviço for meramente temporário.
- c) Não incide sobre esse serviço o ISS, uma vez que se trata de exportação de serviço para os Estados Unidos
- d) Deve ser pago o ISS para o Rio de Janeiro.
- e) Deve ser pago o ISS para o município onde está estabelecida a sede da empresa

**125.** Ao fiscalizar uma academia no Rio de Janeiro, o Fiscal percebeu a ausência de pagamento do ISS, uma vez que as receitas foram omitidas dos livros contábeis, e a não emissão de notas fiscais referentes às mensalidades.

No Auto de Infração a ser lavrado deverá constar quais multas relativas às condutas citadas:

- a) 250 % e 5% por cada operação
- b) 150% e 5% por cada operação
- c) 150% e 10% por cada operação
- d) 250% e 10% por cada operação
- e) 100% e 15% por cada operação

**126.** A condição de responsável tributário é uma das formas de sujeição passiva em relação à obrigação tributária principal. O Código Tributário Municipal contempla várias regras atinentes à responsabilidade.

Relativamente à responsabilidade dos sucessores, prevista no CTM, o

- a) cônjuge meeiro é pessoalmente responsável, por sucessão, pelos tributos devidos pelo de cujus, até a data da partilha, limitada esta responsabilidade ao montante da meação.
- b) adquirente, que compra um bem por meio de contrato de venda e compra, é responsável pelos tributos devidos pelo vendedor, embora essa responsabilidade não seja pessoal, por não se tratar de uma situação de sucessão.
- c) A pessoa jurídica de direito público, que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra, é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.
- d) O remetente é subsidiariamente responsável pelos tributos relativos aos bens remidos.
- e) espólio é excluído de qualquer forma de responsabilização, por não ter personalidade jurídica.

**127.** Não são isentos do ISS no Rio de Janeiro:

- a) os profissionais ambulantes, jornalheiros e também os localizados em feiras-livres e cabeceiras-de-feiras.
- b) as competições desportivas em estádios ou ginásios onde haja apostas
- c) os espetáculos circenses nacionais
- d) os serviços de exibição de filmes cinematográficos em salas ocupadas por entidades brasileiras sem fins lucrativos
- e) as obras de construção e as obras construídas ainda que sem licença, a legalizar, em áreas abrangidas por dispositivos específicos para habitações unifamiliares ou multifamiliares, construídas pelos próprios moradores, em mutirão ou por profissionais autônomos não estabelecidos.

**128.** Empresa do ramo de construção civil sediada no Município A é contratada por munícipe residente no Município B para efetuar uma obra em sua casa de praia sediada no Município C. O contratante, preocupado com a carga tributária incidente sobre a obra efetuou uma pesquisa e observou que o serviço a ser prestado era tributado da seguinte forma em cada um desses municípios:

Município A – Alíquota de 4%

Município B – Alíquota de 2%, com benefício de redução de 50 % da base de cálculo

Município C – Alíquota de 1%

Considerando as alterações na Lei Complementar nº116/03 trazidas pela Lei Complementar nº 157/16, para qual Município deverá ser recolhido o ISS?

- a) Município A, uma vez que a LC 157/16 proibiu a tributação em alíquotas inferiores a 2% trazendo como uma das consequências de seu descumprimento o dever de pagar o imposto para o Município do domicílio do prestador.
- b) Município B, uma vez que a alíquota mínima foi respeitada e trata-se do Município do domicílio do prestador.
- c) Município C, uma vez que lá foi realizada a obra.
- d) Município B, uma vez que a LC 157/16 proibiu a tributação em alíquotas inferiores a 2% trazendo como uma das consequências de seu descumprimento o dever de pagar o imposto para o Município do domicílio do tomador.
- e) Município A, uma vez que a regra imposta pela LC 116/03 determina a tributação deve ser efetuada no Município onde está sediado o prestador.

**129.** Determinado contribuinte está registrado na repartição competente como produtor agrícola destinado à exploração de atividades avícolas. Para usufruir de uma isenção no IPTU cobrado de seu imóvel situado na Região A do Rio de Janeiro ele deve obedecer ao seguinte requisito territorial:

- a) Área territorial não superior a 1 hectares
- b) Área territorial não superior a 2 hectares
- c) Área territorial não superior 5 hectares
- d) Área territorial não superior a 4 hectares
- e) Área territorial não superior a 3 hectares

**130.** A Inscrição em Dívida Ativa é o ato de registro de um débito não pago espontaneamente em livros próprios para tal fim, configurando também um controle da legalidade do crédito constituído pela autoridade competente.

A inscrição em Dívida Ativa no Rio de Janeiro ocorrerá:

A inscrição em Dívida Ativa no Rio de Janeiro ocorrerá:

- a) na data de vencimento da última cota, no caso do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
- b) na data do registro da nota de débito, para os casos do Imposto sobre Serviços
- c) até o décimo dia após o vencimento da guia de pagamento do Imposto sobre as Transmissões de Bens Imóveis Inter Vivos.
- d) dentro de 90 dias a partir do registro de nota de débito para os créditos não tributários
- e) dentro de 180 dias após a decisão em última instância sobre a exigibilidade do crédito tributário

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO**

*Rafael Rocha*

**131.** No que diz respeito às petições, nos termos do Decreto nº 14.602/96, julgue os itens a seguir:

- I. As petições devem ser dirigidas à autoridade ou órgão competente para praticar o ato e apreciar a matéria, sob pena de serem recebidas e arquivadas de plano.
- II. Serão consideradas, para efeito de tempestividade, apenas a data e a hora registradas no comprovante gerado e enviado automaticamente pelo sistema informatizado, não sendo considerado o horário da conexão do usuário à internet em seu local geográfico ou de seus equipamentos.
- III. Quando se tratar de pedido que acarrete abertura de processo administrativo, o interessado receberá, em até 48 horas, por meio do correio eletrônico indicado para o recebimento de intimações, o número do respectivo protocolo do processo aberto pelo servidor responsável.

São corretos:

- a) Todos os itens.
- b) I e II, apenas.
- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) II e III, apenas.

**132.** De acordo com o Decreto nº 14.602/96, o prazo para o sujeito passivo produzir as provas que justifiquem, ao tempo do ato ou fato, a sua pretensão, através dos meios permitidos ou tecnicamente aceitos para demonstração do valor venal de imóveis, é de:

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 60 dias.

**133.** Acerca do prazo para a conclusão do procedimento prévio de ofício que tenha sido iniciado, é correto afirmar que:

- a) em qualquer caso, ele é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo, mediante nova intimação, da qual será dada ciência ao sujeito passivo antes do término do prazo anterior.
- b) excepcionalmente, é possível que a soma das prorrogações ultrapasse 120 (cento e vinte) dias, mediante parecer fundamentado do funcionário encarregado da ação fiscal.
- c) a prorrogação de prazo correrá do dia seguinte ao da sua concessão.
- d) a soma das prorrogações poderá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias em casos excepcionais, mediante despacho fundamentado da autoridade competente a que estiver subordinado o funcionário encarregado da ação fiscal.
- e) O procedimento deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, prorrogáveis pelo mesmo prazo, mediante nova intimação, da qual será dada ciência ao sujeito passivo antes do término do prazo anterior.

**134.** De acordo com o decreto nº 14.602/96, acerca da denúncia e da representação, é incorreto afirmar que:

- a) A denúncia e a representação poderão ser feitas verbalmente, hipótese em que serão reduzidas a termo na repartição em que forem apresentadas.
- b) Qualquer pessoa estranha à Administração poderá apresentar denúncia de atos ou fatos que considere infração à legislação tributária para resguardo dos interesses da Fazenda.
- c) O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária e não for competente para formalizar a exigência representará perante seu chefe imediato.
- d) A Administração poderá deixar de executar procedimentos fiscais e administrativos fundados em denúncia anônima.
- e) A denúncia e a representação poderão ser anônimas, hipótese em que será vedado ao seu autor, em qualquer caso, acompanhar ou intervir no procedimento, bem como conhecer-lhe o resultado enquanto não se identificar.

**135.** De acordo com o decreto nº 14.602/96, os livros e documentos arrecadados poderão permanecer com a fiscalização:

- a) Até que seja concluído o procedimento fiscal.
- b) por até 30 dias, sem possibilidade de prorrogação.
- c) por até 30 dias, cabendo prorrogação pelo mesmo período, em casos especiais, mediante despacho fundamentado do titular do órgão.
- d) por até 90 dias, sem possibilidade de prorrogação.
- e) por até 60 dias, cabendo prorrogação pelo mesmo período, em casos especiais, mediante despacho fundamentado do titular do órgão.

**136.** De acordo com o decreto nº 14.602/96, não efetuado pelo sujeito passivo o recolhimento espontâneo do ISSQN, com os devidos acréscimos moratórios, o titular da Gerência de Fiscalização competente lavrará auto de infração eletrônico, por meio do Sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA, cuja intimação se dará:

- a) pessoalmente.
- b) por meio eletrônico.
- c) via postal.
- d) por edital.
- e) via telegráfica.

**137.** Conforme dispõe o Decreto nº 14.602/96, o julgamento de impugnação contra lançamentos eletrônicos de créditos tributários apurados com base no Sistema da NFS-e – NOTA CARIOCA será feito:

- a) Pelo titular da Gerência que houver lavrado o auto de infração.
- b) Pelo titular da Coordenadoria do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e Taxas.
- c) Pelo titular da Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários.
- d) Pelo Conselho de Contribuintes.
- e) Pelo Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento.

**138.** Acerca da consulta, com base no Decreto nº 14.602/96, julgue os itens a seguir:

- I. Em sede de consulta, não caberá pedido de reconsideração nem recurso da decisão do Auditor Chefe da Receita Municipal.
- II. A consulta regularmente formulada impede até o término do prazo fixado na resposta definitiva, o início de qualquer procedimento fiscal.
- III. Em qualquer hipótese, é definitiva a solução dada em consulta pelo Auditor Chefe da Receita Municipal.

São corretos:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) Não há item correto.

**139.** De acordo com o Decreto nº 14.602/96, no caso de depósito feito pelo sujeito passivo antes do ingresso em juízo, questionando o lançamento feito contra ele, presumir-se-á que ele desistiu da propositura da ação, caso não seja apresentada cópia da petição inicial protocolada no Poder Judiciário à Gerência de Fiscalização responsável pela administração do tributo no prazo de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) 40 dias.

**140.** De acordo com o decreto nº 14.602/96, contra a decisão proferida em primeira instância, caberá ao Conselho de Contribuintes:

- a) recurso de ofício e recurso voluntário.
- b) recurso de ofício e pedido de reconsideração.
- c) recurso de ofício, pedido de reconsideração e recurso voluntário.
- d) recurso especial, recurso de ofício e recurso voluntário.
- e) recurso de ofício e recurso ordinário.

### **SIMPLES NACIONAL**

*Fábio Dutra*

**141.** Não poderá se beneficiar do Simples Nacional, para nenhum efeito legal, as seguintes pessoas jurídicas, exceto:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, mesmo que a receita bruta global não ultrapasse o limite do Simples Nacional.
- d) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- e) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**142.** Sabe-se que as empresas optantes pelo Simples Nacional podem realizar operações de exportação. Em tais situações, assinale a alternativa que apresenta um valor de receita bruta que não a impediria de se manter nesse regime tributário:

- a) R\$ 4.800.000,00 no mercado interno e R\$ 6.200.000,00 nas exportações;
- b) R\$ 5.700.000,00 no mercado interno e R\$ 200.000,00 nas exportações;
- c) R\$ 2.700.000,00 no mercado interno e R\$ 5.200.000,00 nas exportações;
- d) R\$ 4.700.000,00 no mercado interno e R\$ 4.200.000,00 nas exportações;
- e) R\$ 3.700.000,00 no mercado interno e R\$ 4.900.000,00 nas exportações;

**143.** Como regra, podem recolher o ICMS na forma do Simples Nacional as empresas optantes por tal regime de tributação que auferirem receita bruta de até:

- a) R\$ 4.800.000,00;
- b) R\$ 3.600.000,00;
- c) R\$ 1.800.000,00;
- d) R\$ 2.400.000,00;
- e) R\$ 5.700.000,00.

**144.** Em relação ao sistema de comunicação eletrônica no âmbito do Simples Nacional, indique a opção incorreta:

- a) A opção pelo Simples Nacional implica aceitação de sistema de comunicação eletrônica;
- b) Trata-se de sistema voltado para o encaminhamento de intimações e notificações ao contribuinte, não sendo extensível à expedição de avisos em geral;
- c) As comunicações serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial e o envio por via postal;
- d) A comunicação eletrônica será considerada pessoal para todos os efeitos legais;
- e) Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.

**145.** Analise as situações abaixo, referentes a três empresas hipotéticas distintas, e indique na resposta, quais delas podem ingressar no Simples Nacional:

- 1) Empresa Alpha é uma pequena cervejaria artesanal, com receita bruta anual de R\$ 3.500.000,00.
  - 2) Empresa Beta produz águas saborizadas em pequena escala, com receita bruta anual de R\$ 1.500.000,00.
  - 3) Empresa Ômega produz cerveja sem álcool, com receita bruta anual de R\$ 4.100.000,00.
- a) Apenas a empresa Alpha.
  - b) Apenas a empresa Beta.
  - c) Apenas a empresa Ômega.
  - d) Nenhuma delas.
  - e) As empresas Beta e Ômega.

**146.** O Microempreendedor Individual – MEI – surgiu com a edição da LC 128/2008, lei complementar que promoveu alterações na LC 123/2006. Acerca do tema, julgue os itens abaixo como verdadeiros (V) ou falsos (F), e, ao final, indique a alternativa que apresenta a sequência correta:

- ( ) O limite de receita bruta do MEI é de R\$ 60.000,00.
  - ( ) O Empresário Individual desenquadrado da sistemática de recolhimento do MEI passará a recolher os tributos devidos pela regra geral do Simples Nacional a partir da data de início dos efeitos do desenquadramento.
  - ( ) Os benefícios previstos na LC 123/06 e aplicáveis à microempresa estende-se ao MEI sempre que lhes forem mais favoráveis.
- a) V, F, F
  - b) V, F, V
  - c) F, V, V
  - d) F, V, F
  - e) F, F, F

**147.** Em relação às obrigações trabalhistas, as microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas, exceto:

- a) da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;
- b) da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
- c) anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS
- d) da posse do livro intitulado “Inspeção do Trabalho”; e
- e) de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

**148.** Como regra, a tributação pelo Simples Nacional abrange o seguinte tributo:

- a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;
- b) Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros - II;
- c) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;
- d) ICMS devido por ocasião do desembaraço aduaneiro;
- e) Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social.

**149.** No tocante ao Simples Nacional, julgue as assertivas abaixo, e ao final, assinale a alternativa que representa a resposta correta:

- ( ) As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.
  - ( ) As pessoas jurídicas e aquelas a elas equiparadas pela legislação tributária não optantes pelo Simples Nacional não terão direito a crédito correspondente ao ICMS incidente sobre as suas aquisições de mercadorias de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional.
  - ( ) As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não estão vedadas a utilizar ou destinar valores a título de incentivo fiscal.
- a) V, F, F
  - b) V, F, V
  - c) V, V, V
  - d) F, V, F
  - e) F, F, F

**150.** De acordo com o art. 28, da Lei Complementar 123/2006, a exclusão do Simples Nacional será feita de ofício ou mediante comunicação das empresas optantes. Acerca deste assunto, e considerando, analise as situações abaixo:

- I – A exclusão da empresa optante pelo Simples Nacional ocorrerá de ofício quando for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento.
- II - A exclusão por opção parte do próprio contribuinte e deve ser realizada até o último dia útil do mês de março de cada ano-calendário.
- III - A alteração de dados no CNPJ, informada pela ME ou EPP à Secretaria da Receita Federal do Brasil, equivalerá à comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional, em se tratando de inclusão de sócio pessoa jurídica.

Estão corretos os seguintes itens:

- a) I, II, III.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) nenhum dos itens.

**AUDITORIA FISCAL ELETRÔNICA***Guilherme Santanna*

**151.** No que diz respeito ao previsto no Decreto 6.022/2007, pode-se dizer que as administrações tributárias dos Municípios:

- a) não são usuárias do SPED
- b) são usuárias do SPED em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, independentemente de celebração de convênio.
- c) são usuárias do SPED, desde que haja celebração de convênio com a Secretaria da Receita Federal, sendo seu acesso às informações armazenadas no Sistema irrestrito.
- d) são usuárias do SPED, desde que haja celebração de convênio com a Secretaria da Receita Federal, sendo seu acesso às informações armazenadas no Sistema restrito ao limite de suas respectivas competências
- e) são usuárias do SPED, independentemente de celebração de convênio com a Secretaria da Receita Federal, sendo seu acesso às informações armazenadas no Sistema restrito ao limite de suas respectivas competências.

**152.** As assertivas a seguir trazem competências da Secretaria da Receita Federal na condição de administradora do SPED, COM EXCEÇÃO de:

- a) adotar as medidas necessárias para viabilizar a implantação e o funcionamento do Sped
- b) adotar medidas para redução do custo administrativo e operacional no uso do Sped
- c) coordenar as atividades relacionadas ao Sped
- d) compatibilizar as necessidades dos usuários do Sped
- e) estabelecer a política de segurança e de acesso às informações armazenadas no Sped

**153.** Analise os itens a seguir:

- I – Livro Diário e seus auxiliares, se houver
  - II – Livro Razão e seus auxiliares, se houver
  - III – Livro Registro de Apuração do ICMS e do IPI
  - IV – Livros Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos
- A ECD compreende a versão digital dos livros descritos em:
- a) I e II apenas
  - b) I e IV apenas
  - c) I, II e IV apenas
  - d) I, III e IV apenas
  - e) II, III e IV apenas

**154.** Deverão apresentar a ECD:

- a) as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial
- b) as pessoas físicas e jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial
- c) as pessoas jurídicas, com exceção das entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial
- d) as pessoas físicas e jurídicas, exceto as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial
- e) as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas ou não a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

**155.** Assinale a alternativa INCORRETA relacionada ao Sped Contábil:

- a) A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração.
- b) O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.
- c) Nos casos de extinção da pessoa jurídica, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a ECD deve ser entregue pela pessoa jurídica extinta, cindida, fusionada, incorporada e incorporadora.
- d) A substituição da ECD autenticada só poderá ser feita até o fim do prazo de entrega da ECD relativa ao ano-calendário subsequente.
- e) Se o evento relacionado à cisão (parcial ou total), fusão ou incorporação ocorrer no período compreendido entre janeiro e maio, a ECD deve ser entregue até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

**156.** Analisa as assertivas a seguir relacionadas à Lei 5.098/2009 e assinale a CORRETA:

- a) A Nota Fiscal de Serviços Eletrônico-NFS-e é o documento fiscal referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de natureza digital, processado em rede de computadores e armazenado na base de dados informatizada sob a responsabilidade da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro-PCRJ
- b) O Poder Executivo, no interesse da política fiscal de tributação, arrecadação e fiscalização, poderá conceder incentivos em favor de tomadores de serviços que receberem a NFS-e dos respectivos prestadores estabelecidos ou não no Município do Rio de Janeiro.
- c) A emissão da NFS-e, bem como qualquer elemento ou declaração nela contidos, não configuram confissão de dívida e constituem crédito tributário, para quaisquer fins.
- d) A concessão de crédito correspondente a percentual do valor do ISS relativo a cada NFS-e recebida pelo tomador, para fins de abatimento no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU é uma das modalidades de incentivo prevista. O percentual para pessoa jurídica tomadora do serviço que não esteja na condição de responsável tributário, nesse caso, é de até dez por cento.
- e) O crédito relativo aos incentivos em favor de tomadores de serviços terá validade até o dia trinta de setembro do primeiro exercício seguinte àquele em que tiver sido gerado.

**157.** Analise os itens a seguir:

- I. prestação de serviço imune ou isenta
- II. prestação de serviço em que não houver incidência de ISS
- III. prestação de serviço por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISS a partir de base de cálculo fixa
- IV. prestação de serviço cujo pagamento do ISS for realizado após inscrição em Dívida Ativa

Assinale qual(is) do(s) item(ns) acima poderá gerar crédito relativo aos incentivos em favor de tomadores de serviços estabelecidos no Município do Rio de Janeiro.

- a) I apenas
- b) I e II apenas
- c) III apenas
- d) III e IV apenas
- e) nenhuma dos itens acima.

**158.** Conforme dispuser o Regulamento, o crédito relativo aos incentivos em favor de tomadores de serviços estabelecidos no Município do Rio de Janeiro poderá ser:

- a) abatido do valor do IPTU a pagar em cada exercício, referente a imóvel indicado pelo tomador do serviço ou depositado em conta-corrente bancária, tendo esta obrigatoriamente como correntista o tomador do serviço.
- b) abatido do valor do IPTU a pagar em cada exercício, referente a imóvel indicado pelo tomador do serviço apenas.
- c) depositado em conta-corrente bancária, tendo esta obrigatoriamente como correntista o tomador do serviço apenas.
- d) abatido do valor do IPTU a pagar em cada exercício, referente a imóvel indicado pelo tomador do serviço ou depositado em conta-corrente bancária, independente da titularidade do correntista.
- e) abatido do valor do IPTU a pagar em cada exercício, referente a imóvel de propriedade do tomador do serviço ou depositado em conta-corrente bancária, tendo esta obrigatoriamente como correntista o tomador do serviço.

**159.** Assinale a alternativa correta nos termos do Decreto 32.250/2010:

- a) A emissão da NFS-e – NOTA CARIOCA – será facultada aos profissionais autônomos.
- b) A emissão de NFS-e – NOTA CARIOCA – dependerá de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF.
- c) Na impossibilidade de conexão imediata com o sistema para emissão da NFS-e – NOTA CARIOCA –, o prestador de serviços deverá emitir Recibo Provisório de Serviços – RPS, cujas informações serão posteriormente transmitidas ao sistema para conversão em NFS-e – NOTA CARIOCA.
- d) A NFS-e – NOTA CARIOCA – emitida deverá ser impressa em duas vias de igual teor, sendo uma delas entregue ao tomador do serviço e a outra mantida pelo prestador.
- e) O Recibo Provisório de Serviços – RPS será emitido via única a ser entregue ao tomador do serviço.

**160.** Os prestadores de serviços autorizados a emitir NFS-e – NOTA CARIOCA – ficarão dispensados dos seguintes livros, EXCETO:

- a) Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências – modelo 2
- b) Registro de Inventário – modelo 5
- c) Registro de Apuração do ISS – modelo 3
- d) Registro de Apuração do ISS para Instituições Financeiras – modelo 8
- e) Registro de Entradas de Materiais e Serviços de Terceiros (REMAS) – modelo 4

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---